



FENPROF – Federação Nacional Dos Professores

ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES

LISBOA, 16 DE JULHO DE 2014

POSIÇÕES E REIVINDICAÇÕES DO ENCONTRO NACIONAL

“O DIREITO A SER PROFESSOR”

Os professores, educadores e investigadores reunidos em Lisboa, no dia 16 de julho, em Encontro Nacional decidem:

- Exigir uma **profunda alteração das condições de trabalho dos docentes**. Nas escolas, são cada vez mais complexas as exigências que se colocam aos docentes, num quadro em que a carga burocrática não foi aliviada, as reuniões são inúmeras, boa parte sem qualquer utilidade, e os horários de trabalho foram agravados com a única intenção de provocarem a redução do número de docentes, ainda que à custa da qualidade do seu desempenho. Os professores atingem um grau de desgaste elevadíssimo, alguns acabam por ceder a todas as pressões que sobre si são exercidas, desistindo da profissão ainda que com consequências muito graves até para a sua vida pessoal, estando, assim, criada uma situação negativa, absolutamente inaceitável, que tem consequências muito graves na vida das escolas. Ao exigirem a melhoria das suas condições de trabalho, os docentes presentes neste encontro nacional estão a exigir o **direito a ser professor**;

- **Rejeitar a eventual extinção das grelhas salariais** que constam dos seus estatutos de carreira, discordando da imposição de uma tabela remuneratória única que, a concretizar-se, constituiria um recuo de mais de 25 anos, abriria caminho à desvalorização material da profissão e seria o início de um processo de destruição do ECD;

- **Exigir a não aplicação da mobilidade especial aos professores**. Os professores são necessários às escolas e depois de milhares de docentes terem saído do sistema por via da aposentação, das rescisões e do despedimento, no caso dos docentes contratados, a aplicação da mobilidade especial aos docentes dos quadros apenas se justificaria como instrumento de embaratecimento do sistema, o que não é aceitável;

- **Manifestar-se contra qualquer processo de municipalização do ensino que**, entre outros aspetos, **inclua a responsabilização dos municípios em relação aos docentes**, ainda que de forma dita residual, como têm afirmado responsáveis do MEC, bem como competências em domínios fundamentais como são os de ordem pedagógica e as áreas curriculares;

- **Rejeitar e declarar oposição frontal ao pagamento de prémios pecuniários, por parte do governo aos municípios que apliquem medidas visando reduzir o número de professores nas escolas**. Não é, sequer, digno de um governo apresentar propostas desse tipo que apenas evidenciam a natureza das medidas que tem imposto e pretende continuar a impor;

- Exigir que qualquer movimento de **descentralização de competências em matéria de Educação seja antecedido de um amplo debate público** que permita aprofundar a questão, impedindo que sejam cometidos erros de difícil reparação. Nesse sentido, a FENPROF entregará no MEC as suas propostas sobre a matéria;

- **Exigir do governo a aplicação da diretiva comunitária 1999/70/CE sobre vinculação e remunerações** e manter nos tribunais e junto das instâncias europeias todos os processos e ações em curso;

- Em relação aos docentes que, entretanto, ingressaram na carreira, exigem o respeito pelas normas que vigoram no ECD, o que significa que não deverão ser criadas situações discriminatórias entre docentes de carreira com o mesmo tempo de serviço;

- Reiterar a sua **frontal oposição à PACC**, reafirmando todas as posições já antes tornadas públicas e que levaram os professores a lutarem contra tal prova;

- **Exigir do governo uma fiscalização rigorosa da situação nos colégios privados**, designadamente em relação à situação laboral e profissional dos docentes que, em muitos casos, veem desrespeitados, de forma continuada, direitos que constam do seu contrato coletivo de trabalho, que, no entanto, muitas entidades patronais ignoram e desrespeitam;

- Manifestar o seu repúdio pela forma como são permanentemente postas em causa as legítimas expectativas dos docentes, designadamente em relação às **condições de aposentaçã**o, exigindo, desde logo, o respeito pelo disposto na Lei n.º 77/2009, e também o desenvolvimento de um processo negocial visando aprovar condições excecionais de aposentaçã

o para os docentes e/ou de exercício nos últimos anos de serviço, tendo em conta o elevado desgaste físico e psicológico provocado pelo exercício continuado da profissão, confirmado por diversos estudos que têm sido divulgados;

- Rejeitar que qualquer **reforma do Estado** seja imposta sem um amplo diálogo e consenso político e social, reiterando o seu **desacordo em relação ao guião apresentado pelo governo** no qual fica evidente que a intenção é apenas a de desresponsabilizar o Estado central de competências que deverão ser suas, empurrando-as, ora para as escolas e os municípios, ora para o setor privado;

- **Manifestar a sua rejeição quanto à criação das chamadas “escolas independentes”, à prática do cheque-ensino ou à criação de um novo tipo de contratos de associaçã**o que não se limitam a responder à carência de resposta pública, medidas que se destinam, apenas, a promover a privatizaçã

o da educação;

- Exigir do governo o **respeito pelos estatutos de carreira docente** (ECD, ECDU e ECDESP), **bem como pelos salários e pensões** que deverão ser pagos sem qualquer corte, visto já ter terminado o período durante o qual estes eram anunciados como necessários;

- **Exigir a revogaçã**o do Decreto-lei n.º 3/2008 e da Portaria 275-A/2012 e substituiçã

o por um quadro legal que torne a escola verdadeiramente inclusiva e não, como tem decorrido das políticas do governo, mais segregadora, acentuando as desigualdades;

- **Reiterar a posiçã**o contra o encerramento de escolas imposto pelo governo e contra o interesse das crianças, das populações e das autarquias, exigindo que seja revista a decisã

o em todos os casos em que, fundamentadamente, municípios e populações defendam que continuem abertas;

- Manifestar a exigência de **reforço de verbas e investimento no Ensino Superior e na Investigaçã**o, áreas que têm visto o seu financiamento, progressivamente, a ser reduzido, a ponto de começar a provocar graves problemas de funcionamento, podendo mesmo levar a situaçã

o de rutura;

- Disponibilizar-se para, com determinaçã

o, continuarem a defender uma **Escola Pública** de qualidade, democrática, para todos, inclusiva e gratuita e uma **Profissã**o de Professor com direitos sociais, laborais e profissionais adequados às exigências que se colocam aos professores e à relevância social do papel que desempenham na escola.

O ENCONTRO NACIONAL